



## IMPACTOS DA CRISE ECONÔMICA E DO AJUSTE FISCAL NA POBREZA E NAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**José Victor da Silva Dantas Fernandes<sup>1</sup>**

**Maria Augusta Bezerra da Rocha<sup>2</sup>**

**Mycaela Herdy de Barros Costa<sup>3</sup>**

**Roberto Marinho Alves da Silva<sup>4</sup>**

### RESUMO

Após um período de certo dinamismo no início do Século XXI, a economia brasileira tem se agravado a partir de 2014, impactando negativamente vários indicadores sociais de trabalho, pobreza e desigualdade. Essa situação se agravou ainda mais com as medidas de ajuste fiscal que vêm sendo adotadas pelo Estado brasileiro desde a década de 1990, restringindo os investimentos em infraestrutura e reduzindo o financiamento de políticas sociais. No Brasil, o ajuste fiscal é uma das estratégias utilizadas pelo grande capital em período de crises, impactando nas expressões da questão social como a exclusão de amplos setores do mercado formal de trabalho, da frágil cobertura de direitos sociais e trabalhistas, do desemprego de caráter estrutural, da falta de acesso à saúde e demais políticas sociais públicas. Em face do exposto, o presente estudo pretende investigar em que medida as políticas de ajuste fiscal incidem no agravamento da pobreza e da desigualdade social no Rio Grande do Norte, considerando o período de 2014 a 2018. Foi realizada pesquisa bibliográfica e levantamento de dados, relacionando qualidade e quantidade na perspectiva de complementaridade. Verificou-se variações negativas nos indicadores sociais selecionados no período estudado, o que expressa que as estratégias de ajuste fiscal adotadas para atender às necessidades de produção/reprodução do capital deterioram ainda mais as condições de pobreza e desigualdade social.

---

<sup>1</sup> Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Bolsista PIBIC/CNPq (IC) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEPSSOCIAL). E-mail: victordantasfernandes7@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEPSSOCIAL). E-mail: augusta.b.rocha@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEPSSOCIAL). E-mail: herdy.mycaela@yahoo.com

<sup>4</sup> Doutor em desenvolvimento sustentável, professor do DESSO/CCSA/UFRN, coordenador da Pesquisa "Políticas públicas nacionais de inclusão socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis no período 2007 a 2015". E-mail: rmas2007@gmail.com



**Palavras-chave:** ajuste fiscal; desigualdade social; políticas sociais.

## INTRODUÇÃO

De acordo com De Paula e Pires (2017), a economia brasileira passa por um processo de contração a partir de 2014, e em 2015-2016 a economia passa por uma forte recessão, tendo consequência negativa na taxa de crescimento do PIB, impactando também em vários indicadores sociais. Sendo assim, o ajuste fiscal é uma das estratégias usada pelo capital em períodos de crise, provocando o aumento das desigualdades sociais e da pobreza. Segundo Behring e Boschetti (2011), o ajuste fiscal é um dos grandes responsáveis em reter o orçamento da Seguridade Social e das contas públicas para a formação do superávit primário, ou seja, é a estratégia utilizada pelo Estado que visa se apropriar de uma parte dos recursos destinados ao financiamento das políticas públicas e, conseqüentemente, reduzindo os gastos sociais para poder pagar os serviços da dívida, favorecendo, com isso, o capital financeiro nacional e internacional.

O avanço do neoliberalismo, no Brasil, contribuiu para o enfraquecimento do Estado e da Proteção Social por meio das contrarreformas, privatizações, desregulamentação do trabalho e da focalização das políticas sociais. Estas estratégias do capital visam controlar os gastos sociais para possibilitar a geração de superávit primário e, assim, poder controlar a inflação do país. No entanto, a tentativa de controlar a inflação decorre do achatamento da massa salarial, com perdas na remuneração do trabalho assalariado e na contenção das greves e manifestações da classe trabalhadora, diante do elevado desemprego e dos mecanismos de repressão, inclusive os ideológicos que criminalizam os movimentos sociais.

Tendo isto em vista, deve-se levar em consideração que o fundo público, no capitalismo contemporâneo, passa por uma forte disputa entre a classe capitalista e classe trabalhadora. No Brasil, o fundo público é constituído através de impostos diretos e indiretos. Porém, segundo Salvador (2012), o sistema tributário do Estado brasileiro é caracterizado pela expressiva regressividade da carga tributária, ou seja, a política tributária, no Brasil, desonera os mais ricos e onera os mais pobres, essa injustiça fiscal é um dos motivos da forte desigualdade social do país.

Compreende-se a pobreza como uma das resultantes da desigualdade social, uma das expressões da questão social que é inerente à sociedade capitalista. A pobreza não se resume somente a privação material, segundo Silva e Silva (2010), a pobreza é estrutural, complexa e de natureza multidimensional, ou seja, é um fenômeno que afeta as condições de vida do indivíduo como o não acesso a renda mínima, serviços básicos, trabalho, habitação, a não participação política, social e cultural e a negação de oportunidades. Sendo assim, a pobreza é compreendida com base em uma categoria histórica e socialmente construída das contradições do modo de produção capitalista, portanto, é um fenômeno que não pode ser compreendido de maneira naturalizada.



O capitalismo contemporâneo, segundo Antunes (2018), é marcado pela reestruturação produtiva, imposta pelo capital financeiro, que passou a controlar todos os empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva ao seu modo de gestão. Sendo assim, essa reestruturação produtiva vem metamorfoseando o mundo do trabalho, caracterizado por contratos precários, desprovido de proteção social, baixos salários, aumento da informalidade, da taxa de desocupação, diminuição do rendimento real do salário etc.

Tendo isto em vista, o atual estudo pretende analisar os impactos do ajuste fiscal no agravamento da pobreza e da desigualdade social, com implicações negativas no quadro do desenvolvimento social. Está vinculado à Pesquisa “As implicações do ajuste fiscal na efetivação das políticas sociais, no agravamento da pobreza e na desigualdade social”, aprovado em Edital Universal do CNPQ e que se encontra em execução, coordenado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Políticas Sociais e Serviço Social, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/DESSO/CCSA/UFRN).

No percurso metodológico da coleta de dados buscou-se, a priori, delimitar indicadores que apontassem como a pobreza e desigualdade foram agudizadas pelo ajuste fiscal, no período 2014-2018, tanto na realidade brasileira a nível nacional quanto no Rio Grande do Norte. Assim, construiu-se um quadro com os seguintes indicadores relativos à ocupação, rendimento do trabalho, pobreza e desigualdade: Índice de Gini; Taxa de ocupação e desocupação; Rendimento real do trabalho principal e, por fim, através dos dados disponibilizados pelo Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) foi possível coletar dados relacionados à pobreza e extrema pobreza.

Fruto desse estudo, o presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa acima citada, estando o mesmo estruturado em cinco itens, incluindo esta introdução e as conclusões. O segundo item trata da questão da crise econômica e do ajuste fiscal no Brasil. Em seguida, temos dois itens de descrição e análise dos impactos da crise capitalista e do ajuste neoliberal nos indicadores sociais pobreza e de trabalho e rendimento no estado do Rio Grande do Norte. As conclusões apresentam os principais aprendizados até o momento e as questões que requerem maior aprofundamento.

## **CRISE ECONÔMICA NO BRASIL E O AJUSTE FISCAL ESTRUTURAL (2014 – 2018)**

A crise econômica mundial (2007/08), de modo geral, inicia-se nos EUA com o agravamento dos problemas do mercado imobiliário. Esse agravamento se deu pelo aumento da inadimplência devido às altas taxas de juros e, conseqüentemente, levou à falência alguns bancos de investimentos. Sendo assim, isso provocou uma grande crise econômica, atingindo também os países europeus. No entanto, a crise econômica vai impactar mais negativamente, no Brasil, em 2015-2016. Para De Paula e Pires (2017, p.132) “[...] a economia sofreu uma série



de choques – deterioração dos termos de troca, ajuste fiscal, crise hídrica, desvalorização da moeda, o aumento da taxa de juros Selic etc.” Portanto, esses acontecimentos contribuíram para uma diminuição no crescimento econômico, como também o aumento do desemprego, impactos negativos na renda dos trabalhadores, diminuição dos gastos sociais etc.

Em 2015, o governo de Dilma Rousseff, com Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, adotou medidas econômicas mais ortodoxas, visando combater a crise econômica. Sendo assim, foi adotado um duro ajuste fiscal priorizando uma meta inicial para o superávit primário de 1,2% do PIB, aumento de tributos e diminuição de investimentos e gastos sociais com o objetivo de criar superávit primário para o pagamento e amortização da dívida pública, beneficiando, assim, o capital rentista nacional e internacional em detrimento do Desenvolvimento Social.

No ano de 2016, o governo entra em uma forte crise política e econômica, ocasionando o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, marcando o início do governo ultraneoliberal de Michel Temer. O seu governo é marcado por medidas bem mais agressiva, segundo aponta Antunes (2018), como a flexibilização total das relações de trabalho, com a aprovação da terceirização com a PLC 30/2015. Em suma, essa PLC 30/2015 vai contribuir para o aumento dos trabalhos terceirizados e, conseqüentemente, o aumento dos trabalhos precarizados, pois é bastante comum as burlas dos direitos trabalhistas nas empresas terceirizadas, longas jornadas de trabalho, baixos salários, os terceirizados têm mais chances de sofrerem acidentes no trabalho, assédios etc. Outro ponto importante também é que os sindicatos perdem muita força nos trabalhos terceirizados, dificultando a organização de resistência da classe trabalhadora.

Segundo Salvador (2017), o governo Temer ampliou e estendeu o prazo da Desvinculação de Recursos da União (DRU) com a EC n.93/2016, ampliando de 20% para 30% dos recursos destinados para o financiamento da Seguridade Social (assistência, saúde e previdência) e passam a serem usados ao pagamento da dívida pública, o DRU foi prorrogada até 2023. Essa medida considerada antidemocrática, pois não houve um diálogo com a sociedade, e fica evidente que o governo visou atender exclusivamente os interesses do capital financeiro, sem levar em consideração os três pilares da Seguridade Social que cumprem um importante papel em promover o desenvolvimento social e, conseqüentemente, a diminuição da desigualdade e da pobreza.

Por conseguinte, a (PEC) 55/2016, com o discurso de reequilibrar os gastos públicos e o orçamento do Governo Federal, foi outra medida do governo Temer que contribuiu para o agravamento da desigualdade e da pobreza no Brasil, pois essa medida legitima o congelamento dos investimentos de ordem pública durante 20 anos. Os investimentos, fossem eles de qualquer natureza, não poderiam exceder os valores da inflação do ano anterior. A PEC também previa que, se os poderes públicos não respeitassem os limites de gastos, o salário mínimo não teria reajustes. O congelamento dos gastos sociais promovido pela PEC 55/2016, é uma medida que afeta duramente a população mais empobrecida, mas também a própria classe





média baixa, pois dependem de serviços básicos como saúde, educação, assistência, previdência, moradia etc.

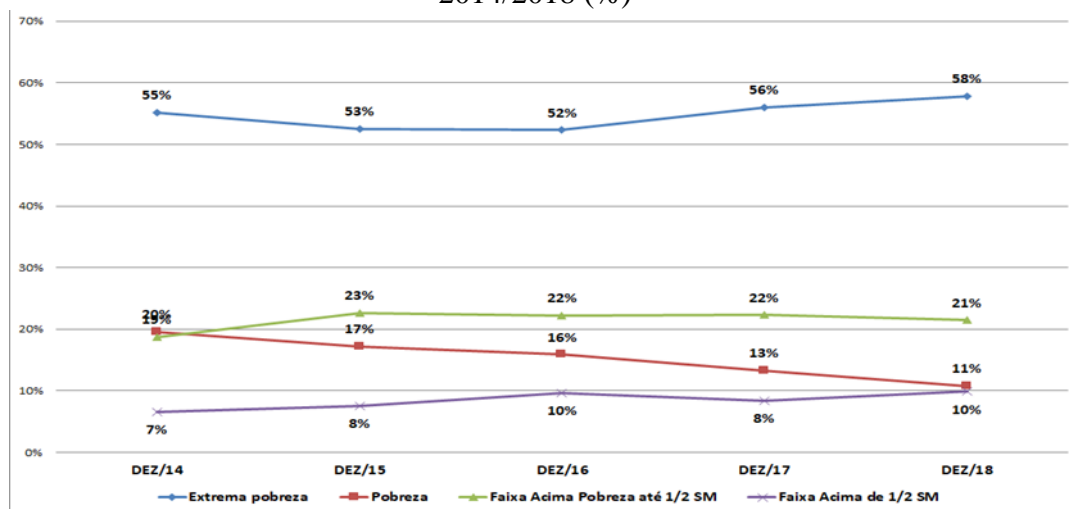
É importante destacar que uma das principais maneiras de realização do fundo público, segundo Salvador (2020), é através da extração de recursos da sociedade na forma de impostos diretos e indiretos, contribuições e taxas de mais-valia socialmente produzida. No entanto, essa realização do fundo público vai pesar proporcionalmente mais na classe trabalhadora, visto que o Estado deixa de arrecadar uma grande parcela de recurso da burguesia através dos incentivos fiscais, desoneração, baixa tributação de fortuna e o modelo regressivo de tributação no Brasil. Sendo assim, o fundo público passa por uma intensa disputa devido aos interesses antagônicos da classe dominante e da classe trabalhadora.

## POBREZA E EXTREMA POBREZA NO RIO GRANDE DO NORTE

Na análise dos impactos do ajuste fiscal para o agravamento das condições de pobreza e desigualdade, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) enquanto uma estratégia de conhecimento e identificação das famílias e sujeitos de baixa renda (1/2 salário mínimo per capita até 3 salários por unidade familiar) permite, dentre outros elementos, analisar como se comporta e varia a faixa de renda das pessoas mais pobres no país, podendo assim contribuir para desvelar maiores níveis de agravamento da pobreza.

Na realidade do Rio Grande do Norte, percebe-se entre 2014-2018 uma estabilidade no percentual de pessoas que compõem as duas faixas maiores de renda no cadastro conforme Gráfico 1, com indicadores das pessoas cadastradas por faixa de renda, elaborada de acordo com as informações da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Gráfico 1: Pessoas cadastradas no CadÚnico no RN por faixa de renda – 2014/2018 (%)



Fonte: CadÚnico (SAGI/MDS).

Elaboração: Victor Fernandes.



Verifica-se que a faixa acima da linha da pobreza até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo correspondendo em 2014 a 19% dos cadastrados, em 2016 com 22% e mantendo a estabilidade em 2018 com 21%; e as da faixa de renda mensal acima de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo que em 2014 correspondia a 7%, em 2016 chegou aos 10% e em 2018 manteve a estabilidade nos 10%. Contrário a essa tendência de estabilização das faixas maiores, encontra-se a faixa da pobreza (delimitada atualmente como renda per capita de R\$ 89,01 a R\$178) que apresentou queda significativa no período em análise: em 2014 correspondendo a 20% dos cadastrados para em 2018 representar o montante de 11%. A visível diminuição no percentual de pessoas cadastradas enquadradas em situação de pobreza explica-se a partir de uma análise contextualizada entendendo tanto a estabilização das faixas maiores de renda quanto o aumento da faixa das pessoas em situação de extrema pobreza (delimitada atualmente como per capita menor ou igual a R\$89). Isto é, ao passo que o número de cadastrados em situação de pobreza diminui, nota-se o aumento significativo de pessoas em situação de extrema pobreza como atestam os dados contidos no Gráfico 1: em 2014 as pessoas em extrema pobreza no CadÚnico correspondiam a 55% dos cadastrados, em 2017 chegam a 56%, até atingirem em 2018 o percentual de 58% dos cadastrados.

Dessa forma, nota-se que a diminuição das pessoas em situação de pobreza inscritas no cadastro único acontece em um contexto de aumento das pessoas em extrema pobreza enquanto os extratos de renda maiores mantêm-se estáveis. Significando este movimento da realidade, portanto, no agravamento do empobrecimento das pessoas no Rio Grande do Norte, que deixando a faixa de pobreza passam a engrossar a faixa da extrema pobreza no âmbito do cadastro.

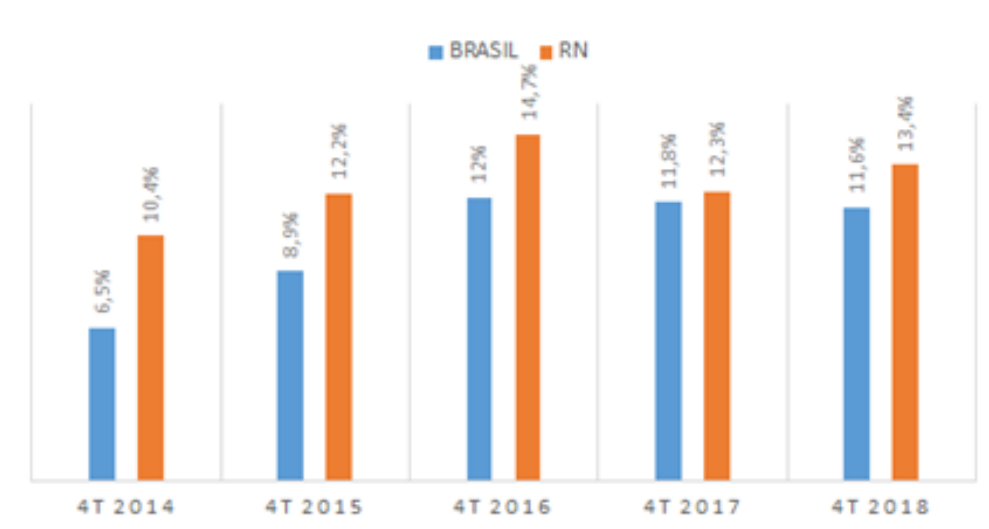
Com o agravamento da extrema pobreza na realidade estadual, fica perceptível a penalização da população mais empobrecida que além de pouca ou nenhuma renda ainda convive com a destruição dos direitos sociais diante da retração do financiamento das políticas sociais promovida pelas medidas de ajuste fiscal. Assim, vivencia-se a ofensiva do capital marcado pela hegemonia do setor financeiro que disputa o fundo público e se apropria de parcela considerável, em detrimento do atendimento das necessidades sociais e de reprodução da classe trabalhadora. Nesse contexto, como aponta Yazbek (2001) os impactos destrutivos em andamento no capitalismo deixam suas marcas na população mais empobrecida, e se expressam tanto nos dados estatísticos supracitados que revelam o impacto do ajuste fiscal para o aumento da extrema pobreza como também em sua vida cotidiana com o aviltamento do trabalho, a alimentação insuficiente, a moradia precária e insalubre, a debilidade da saúde e a realidade do desemprego ou emprego precário, intermitente e desprovido de direitos, como mostra a taxa de desocupação.

## **IMPACTOS DA CRISE NO TRABALHO E NO RENDIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA NO RIO GRANDE DO NORTE**



De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua do IBGE, no quarto trimestre (4T) de 2014, a taxa de desocupação do RN consistia em 10,4%, enquanto a taxa do Brasil atingiu 6,5%, uma diferença que chega a atingir 3,9 pontos percentuais (p.p). Essa taxa elevada do RN demonstra o quanto a crise econômica associada ao ajuste fiscal impactou o estado, provocando o crescimento do desemprego, assim como o aumento da procura de emprego no mercado de trabalho. Essa situação se agravou ainda mais no 4T de 2016, em que a taxa de desocupação de ambos chegou aos maiores pontos percentuais dentro da análise do período de 2014 a 2018, apresentando 12% no Brasil, enquanto o RN atingiu 14,7%. Dessa maneira, percebe-se que houve um aumento de 41,35%, comparando 2014 com 2016, na taxa de desocupação do RN, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução da taxa de desocupação no Brasil e RN (4T de 2014 a 2018)



Fonte: SIDRA/IBGE. PNAD-C (2014-2018).

Elaboração: Victor Fernandes.

Ainda de acordo com a PNAD Contínua do IBGE, observando a taxa de desocupação por sexo e por cor/raça, no Brasil e no RN, percebe-se que as mulheres e as pessoas negras e pardas têm taxas de desocupação mais elevadas que as dos homens e das pessoas brancas.

No quarto trimestre (4T) de 2016, a mulher representava 13,8% da taxa de desocupação do Brasil, enquanto no RN esse número foi de 16,7%. Em contrapartida, o homem apresentou 10,7% e 13,1% respectivamente. No Rio Grande do Norte, a variação da taxa de desocupação do 4T de 2014 - 4T de 2015, mostra que a mulher teve um aumento de 25,9% e o homem teve um aumento de 10,3%. Na variação do ano seguinte (4T de 2015- 4T de 2016), continuou a aumentar a taxa de desocupação da mulher para 18,4 %, atingindo a maior taxa de desocupação do período analisado.

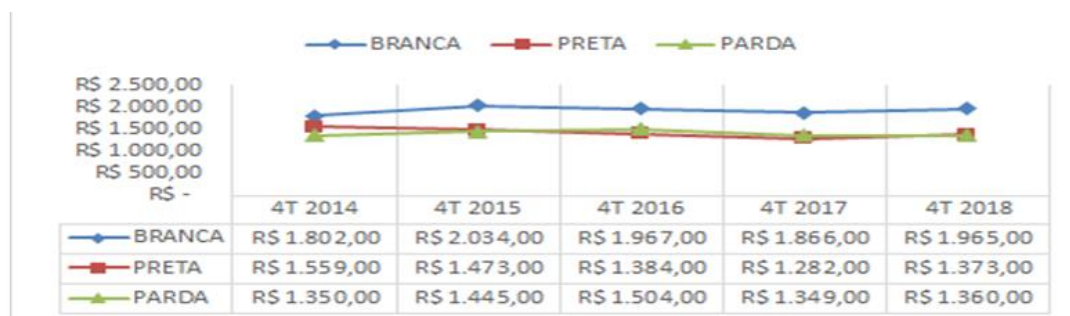


Já no rendimento real, os 4T de 2014-2018 mostram que o rendimento do homem, no RN, se manteve superior ao rendimento da mulher, conforme a PNAD Contínua. No 4T de 2014, por exemplo, a renda da mulher correspondia a 76,4% do rendimento do homem. Há uma variação positiva no 4T de 2017, quando o rendimento da mulher correspondia a 84,2% do rendimento do homem. No entanto, apesar desse aumento na variação acumulada da mulher, ela permaneceu abaixo do rendimento real do homem. Sendo assim, esses números reafirmam a desigualdade de gênero no mercado de trabalho que é inerente à sociabilidade capitalista, pois coloca a mulher em uma posição de subalternização por se tratar de um sistema pautado no patriarcado.

Observando a taxa de desocupação por raça, verifica-se que a população branca esteve abaixo da Taxa de desocupação total, no Brasil e no RN, durante o 4T de 2014 ao 4T de 2018. Em contrapartida, as populações pretas e pardas mostraram estar acima da taxa total e da população branca em todo o período observado, salvo no 4T de 2014 no RN, quando a população preta obteve 7,4%, 2,3 (p.p) abaixo da população branca com 9,7%. No entanto, no ano seguinte, a taxa de desocupação da população negra do RN, aumentou 100%, chegando a atingir 14,8%, e continuou a se acentuar no 4T de 2016, alcançando 19,3%, sendo esta, a maior taxa alcançada dentro do período analisado.

Observando o rendimento por raça, percebe-se como a população negra e parda, no RN, se encontra em uma posição bastante desigual comparada à população branca, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 3 – Rendimento Real do Trabalho por Cor/Raça no RN (4T de 2014 a 2018)



Fonte: SIDRA/IBGE. PNAD-C (2014-2018).

Elaboração: Victor Fernandes.

A PNAD Contínua mostra que no 4T de 2014, o rendimento real do trabalho das pessoas pretas e pardas correspondia a 86,5% e 74,9%, respectivamente, do que era obtido por pessoas brancas, acentuando-se ainda mais no 4T de 2018, correspondendo a 69,9% e 69,2% respectivamente. Observando a variação de renda por ano, percebe-se que o 4T de 2014 para o 4T de 2015, a renda da população branca aumentou 12,9% e da população parda em 7%, por outro lado, a renda da





população preta teve uma queda de 5,5%, acentuando ainda mais a desigualdade racial. Já na variação acumulada do 4T de 2014/4T de 2018 mostra que o rendimento real dos brancos teve um aumento de 9%, o dos pretos teve uma queda considerada de 11,9% e a população parda um aumento de 0,7%. Portanto, observamos como o agravamento da crise do capital e as estratégias do ajuste fiscal afetaram muito mais a taxa de desocupação e o rendimento real dos pretos e pardos, visto que, de modo geral, pretos e pardos, no Brasil, se encontram mais suscetível à refração das múltiplas expressões da questão social, herança de um país marcado pela exploração da mão-de-obra preta escravizada e da sua abolição tardia (1888) sem ser feita uma significativa reparação de danos causada por séculos de escravidão.

Também é possível verificar na PNAD Contínua a variação do rendimento real do trabalho por posição de ocupação. Verifica-se que a renda do trabalhador por conta própria se manteve abaixo em comparação ao rendimento dos demais grupos, conforme o Gráfico 5.

Gráfico 4 – Rendimento real do trabalho por posição na ocupação no RN (4T de 2014 a 2018)



Fonte: SIDRA/IBGE. PNAD-C (2014-2018).

Elaboração: Victor Fernandes.

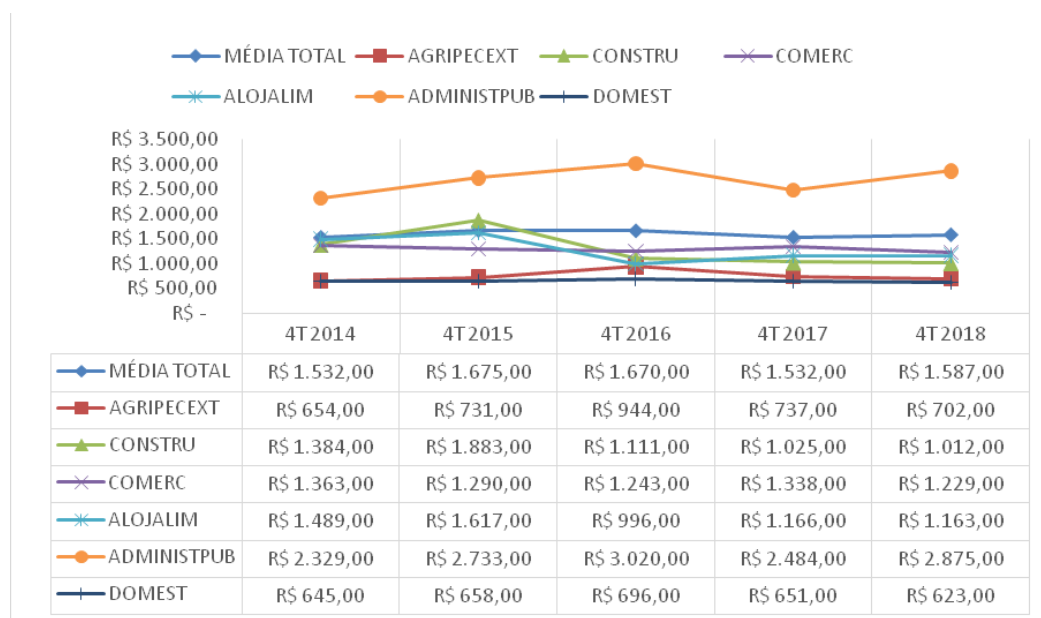
Conforme a pesquisa do IBGE, no 4T de 2014, os trabalhadores por conta própria marca a maior média (R\$1,156,00) alcançada, correspondente a 75,5% ao rendimento médio total (R\$ 1.532,00). Por outro lado, se verificarmos, no mesmo período, e compararmos a média total (R\$ 1.532,00) com a média do empregador (R\$ 3.982,00), identificamos que esta última é 159,9% superior àquela. No ano seguinte (4T 2015), essa diferença entre a média total e a do empregador sobe para 237,1%, enquanto o trabalhador por conta própria atingiu 68,4% da média total. Já a média do empregado, de modo geral, fica próxima da média total em todo período analisado.



Verifica-se que a média do trabalhador por conta própria caiu sequencialmente de 2015 a 2017, e se compararmos 2018 com 2014, nota-se uma queda de 6,4%, o que mostra que o trabalhador por conta própria está muito mais suscetível aos impactos da crise econômica e do ajuste fiscal. Importante frisar que o recente ajuste fiscal, iniciado no segundo mandato da Presidenta Dilma e aprofundado no Governo Temer, ocasionaram o aumento da taxa de desocupação e a desregulamentação do trabalho, obrigando cada vez mais trabalhadores a trabalhar por conta própria e, conseqüentemente, sem direitos trabalhistas e com rendimentos inferiores aos demais trabalhadores que são regulamentados.

Analisando a média total da renda por grupo de atividades, no RN, verifica-se que ocorreu uma queda acentuada no 4T de 2017, de 8,3%, comparado com o último trimestre do ano anterior, além das diferenciações entre as categorias. Os dados impressos no Gráfico 5 mostram que os trabalhadores da construção civil foram os mais impactados nos 4T de 2016 a 2018. Analisando o gráfico, em 2015, o seu rendimento aumentou 36,1% comparado com o ano anterior e correspondeu a 12,4% a mais do registrado na média total, sendo esta sua maior média do período analisado. Porém, a situação piora nos anos seguintes quando o seu rendimento cai 41% em 2016, representando 65% da média total.

Gráfico 5 – Rendimento real do trabalho por grupo de atividades no RN (4T de 2014 a 2018)



Fonte: SIDRA/IBGE. PNAD-C (2014-2018).

Elaboração: Victor Fernandes.

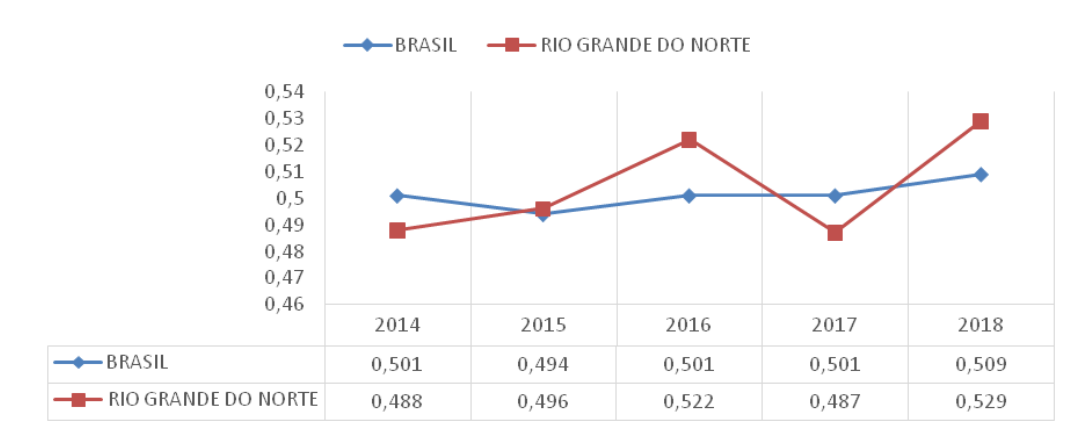


Esse impacto no setor da construção civil tem relação com a crise econômica que se agudiza em 2016, como também diante das medidas adotadas pelo governo para diminuir os gastos nos serviços sociais, como por exemplo, o Programa “Minha Casa, Minha Vida” que contribuiu significativamente para aquecer o setor da construção civil no Rio Grande do Norte nos anos anteriores. Somente entre 2015 e 2017, foram quase 15 mil postos de trabalhos fechados na construção civil no estado, segundo dados reportados pelo jornal Tribuna do Norte (2020), um pouco antes da Pandemia da Covid - 19 agravar de novo a situação.

Todos esses indicadores repercutiram, no período analisado, no agravamento das desigualdades sociais, sobretudo na desigualdade de renda, explicitando que as medidas de ajuste fiscal prejudicam diretamente a classe trabalhadora enquanto garante a continuidade da concentração e da acumulação da renda e da riqueza na classe detentora do capital e nas camadas médias que possuem renda mais elevadas, decorrentes dos seus privilégios.

O Gráfico 6, aponta para a deterioração da desigualdade social, considerando o Índice de Gini com base no rendimento médio mensal real obtido no trabalho.

Gráfico 6 – Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, em todos os trabalhos, no Brasil e no Rio Grande do Norte (2014 a 2018)



Fonte: SIDRA/IBGE. PNAD-C (2014-2018).

Elaboração: Victor Fernandes.

O aumento das desigualdades sociais é uma das características do capitalismo no atual período, tal como demonstrou o relatório anual da Oxfam (2018) apontando que 82% da riqueza gerada no mundo em 2017, foi parar nas mãos do 1% mais rico do planeta. No Brasil onde essa situação é estrutural, "os seis maiores bilionários do País juntos possuíam riqueza equivalente à da metade mais pobre da população" (OXFAM, 2017). Ademais, mesmo na crise, os ricos conseguem se tornar mais ricos, conforme alerta o relatório da Oxfam (2018) de



que, entre 2016 e 2017, o patrimônio dos 43 bilionários brasileiros chegou a US\$ 549 bilhões, com crescimento de 13% em relação ao ano anterior, enquanto que os 50% mais pobres do país viram sua participação na fatia da renda nacional ser reduzida ainda mais, de 2,7% para 2%.

Dessa forma, as desigualdades socioeconômicas expressam padrões históricos de elevada concentração da renda e das riquezas, sendo acompanhada de acúmulos de déficits sociais que se agravam com a adoção das medidas de ajuste fiscal, favoráveis à restauração das taxas de remuneração do capital, em detrimento da piora das condições de vida da maioria da população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Antunes (2018), no início do segundo mandato do governo Dilma, a forte crise econômica, com a taxa de desocupação e a inflação em alta, fez com que a presidenta mudasse a política econômica que vinha sendo adotada nos últimos anos e adotasse um duro ajuste fiscal que impactou na classe trabalhadora, sobretudo entre os trabalhadores mais precarizados. Uma das medidas do ajuste fiscal tomada pelo governo Dilma, ainda segundo o autor, foi a alteração nas regras da concessão do seguro-desemprego, aumentando o prazo de trabalho de 6 meses para 12 meses para a solicitação do benefício pela primeira vez. Vale salientar que essa medida tomada pelo governo impactou diretamente os trabalhadores celetistas, pois o Brasil estava aumentando o número de demissões, conforme os dados analisados da taxa de desocupação, e muitos desses trabalhadores não conseguiram ter acesso ao seguro desemprego, agravando suas condições objetivas de sobrevivência e de suas famílias.

Em 2016, após o impeachment da presidenta Dilma, Michel Temer realizou mais um ajuste fiscal, a Emenda Constitucional nº 95/2016 que congelou os gastos públicos por 20 anos, com a finalidade de economizar o orçamento do Estado para pagar a dívida pública, beneficiando o capital financeiro internacional, em detrimento aos serviços públicos que são essenciais para a classe trabalhadora. Sincronicamente, se observamos os dados coletados, de modo geral, percebe-se que 2016 foi o ano que a taxa de desocupação e o rendimento real (principalmente das mulheres, pretos e pardos) foram mais impactados devido às medidas do ajuste fiscal tomadas pelo governo.

Portanto, percebemos que a tentativa do governo em conter a crise através das medidas do ajuste fiscal foi falha, pois os cortes feitos nos gastos sociais não impediram que a dívida pública e a inflação continuassem a crescer. Ou seja, por um lado temos a intensificação da desigualdade social e, conseqüentemente, da pobreza, como foi aqui demonstrado e, de outro lado, temos o aumento da riqueza acumulada do capital financeiro, como consequência da continuidade do pagamento dos serviços e da rolagem da dívida pública que consome uma grande parte do fundo público que deveria ter como prioridade o financiamento dos serviços essenciais para a sociedade.





Por conseguinte, graças ao trabalho em equipe feito por alunos e professores, conseguimos coletar e discutir sobre os dados para auxiliar uma melhor compreensão das implicações do ajuste fiscal na desigualdade e na pobreza do Brasil e no Rio Grande do Norte.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital/ Ricardo Antunes. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social**: Fundamentos e história / Elaine RossetiBehring, Ivanete Boschetti – 9.Ed. São Paul: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v.2)

DE PAULA, Luiz Fernando; PIRES, Manoel. Crises e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, p. 125-144, Rio de Janeiro 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua**: 4º trimestre de 2014-2018. Tabelas: 4099; 5436; 5439; 5442; 6396; 6402 e 6405. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 10 de maio de 2020.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une**. Um retrato das desigualdades brasileiras. Documento Informativo da OXFAM Brasil. Maio de 2017. Disponível em: <[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio\\_A\\_distancia\\_que\\_nos\\_une.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf)> Acesso em: 25 mar. 2018.

OXFAM. **Recompensem o trabalho, não a riqueza**. Documento Informativo da OXFAM. Janeiro de 2018. Disponível em: <[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018\\_Recompensem\\_o\\_Trabalho\\_Nao\\_a\\_riqueza\\_Resumo\\_Word.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza_Resumo_Word.pdf)> Acesso em: 25 mar. 2018.

SALVADOR, Evilasio da Silva. Fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.14, n. 2, p. 04-22, jan/jun. 2012.

\_\_\_\_\_. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Fundo público e conflito distributivo em tempos de ajuste fiscal no Brasil. Em: CASTRO, Jorge Abrahão; POCHMANN, Marcio (orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020



SILVA e SILVA, Maria Ozanira. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul./dez. 2010

TRIBUNA DO NORTE. **Após crise, construção civil amplia contratações em 183% no Rio Grande do Norte**. Natal/RN, 02/02/2020. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/apa-s-crise-construa-a-o-civil-amplia-contrataa-a-es-em-183-no-rn/>> Acesso em: 20 jul. 2020.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, n.3, ano 2, jan-jun. Brasília: ABEPSS, 2011 (p.33-40)